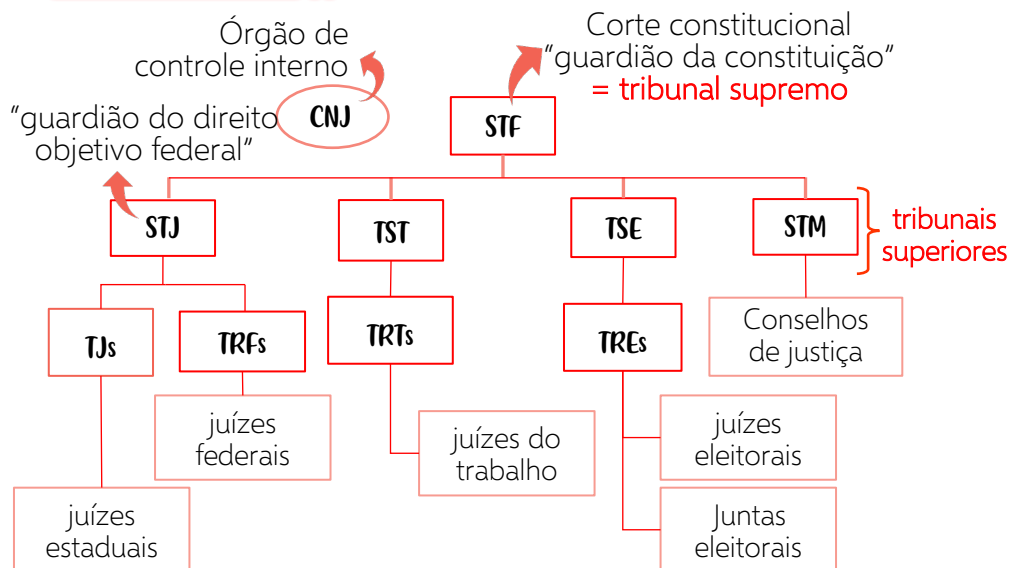


ASPECTOS GERAIS

- **Função típica** → judicial (ou **jurisdicional**)
Características:
 1. Secundária: primeiro resolver entre as partes
 2. Instrumental: é instrumento do direito
 3. Desinteressada: age conforme o direito
 4. Provocada: não age de ofício
- **Função atípica** → legislativa e administrativa
Edição de seus regimentos internos → Licitações, concursos, contratos
- Brasil adota o sistema inglês de jurisdição
Só o Judiciário faz **coisa julgada material**
= inafastabilidade de jurisdição

ESTRUTURAS



JUSTIÇA COMUM

- Justiça Estadual (TJs e Juízes de Direito)
- Justiça Federal (TRFs e Juízes Federais)

JUSTIÇA ESPECIAL

- Justiça do trabalho
- Justiça militar → Dentro os tribunais superiores, só o **STJ** não integra nenhuma justiça
- Justiça eleitoral

JUIZADO ESPECIAL

- Juízes togados ou togados e leigos
- **Causas:**
 - Cíveis: de menor complexidade
 - Penais: de menor potencial ofensivo
- **Procedimentos:** oral e sumaríssimo
- **Permitidos:**
 - Transação
 - Recursos por turmas de juízes de 1º grau

JUSTIÇA DE PAZ

- para { celebrar casamentos
verificar a habilitação
conciliações não jurisdicionais
- Por cidadãos eleitos (ainda não houve eleição) para mandato de 4 anos

PODER JUDICIÁRIO

GARANTIAS FUNCIONAIS

- Visam garantir {independência
imparcialidade} dos

membros do judiciário

Elencadas no art. 95, CF/88

VITALICIEDADE

- O magistrado só pode ser exonerado por **sentença judicial transitada em julgado**
- Aquisição:
 - Para juízes do primeiro grau: Após **2 anos** de exercício
(nesse período, pode perder por deliberação do tribunal)
 - Para os que não entram no primeiro grau: desde a **posse**
(exs.: nomeados pelo "quinto constitucional", como ministro do STF...)

IRREDUTIBILIDADE DO SUBSÍDIO

- Proteção contra qualquer retaliação dos poderes executivo e legislativo
- Limita-se ao valor **nominal**
(não há proteção ao valor real)

INAMOVIBILIDADE

- Impede que o juiz seja **removido**, salvo por interesse público
(relacionado ao princípio do juiz natural)
- Também pode: { A pedido
Por promoção (pode recusar)
- É adquirida desde a **posse**
(não há prazo para aquisição)

↗ Não é absoluto!

PODER JUDICIÁRIO
= GARANTIAS=

GARANTIAS INSTITUCIONAIS

AUTONOMIA

- Organizacional e administrativa**
 - Têm ampla competência em matéria administrativa (prover cargos, conceder licenças...)
 - Podem propor ao legislativo: (dentre outros)
 - Alterações no número de membros dos tribunais inferiores
 - Criação/extinção de cargos e de tribunais inferiores
 - Alteração da organização e divisão judiciárias
 - Fixação do subsídio de seus membros
- Financeira**
 - Os tribunais elaboram suas próprias propostas orçamentárias
devem estar dentro dos limites da LDO, ou o chefe do executivo procederá aos ajustes necessários

PODER JUDICIÁRIO

VEDAÇÕES AOS MAGISTRADOS II (art. 95)

- Fundamentadas na **ética** → manter a confiança na função jurisdicional
- Aos juízes é vedado:
 - Exercer outro cargo/função
 - Salvo uma de magistério
 - Ainda que em disponibilidade
 - Receber custas/**participação em processos**
 - Dedicar-se à **atividade político partidária** (deverá afastar-se definitivamente)
 - Receber auxílio** ou contribuição de
 - peças físicas ou
 - entidades públicas/privadas
 ressalvadas exceções em **lei**
 - Exercer a advocacia** no { juízo Tribunal do qual se afastou antes de **3 anos** do afastamento (aposentadoria ou exoneração)

ESTATUTO DA MAGISTRATURA

- Deve ser estabelecido por **lei complementar** (iniciativa do STF)
 - Ainda não editada
 - Atualmente é a LC 35/79
- Deve obedecer os **princípios** do art. 93 (CF/88)

ESTATUTO DA MAGISTRATURA II

INGRESSO NA CARREIRA

- Concurso** público de provas e títulos
 - Participação da **OAB** em todas as fases
 - Exige-se: { Bacharelado em **direito**
3 anos de atividade jurídica

PROMOÇÃO

- De entrância para entrância
- Por **antiguidade** e **merecimento** (alternadamente)
 - Será **obrigatória** para o juiz que figurar em lista de merecimento { **3x** seguidas ou **5x** alternadas
- O tribunal só pode recusar o mais antigo pelo voto fundamentado de **2/3** dos membros
- Não será promovido o juiz que **retiver autos** em seu poder além do prazo legal
 - E não pode devolvê-los sem o devido despacho/decisão
- Acesso ao tribunal de 2º grau:
 - Promoção por **antiguidade** e **merecimento** (alternadamente)
 - apurados na **última/única** entrância

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

- Em **subsídio** → parcela única (vedado acréscimo de gratificação, abono...)

STF

Teto remuneratório (100%)

TRIBUNAIS SUPERIORES

95% do subsídio do STF

DEMAIS MAGISTRADOS

Até 95% do subsídio dos trib. superiores

Fixado em lei e **escalonados** (diferença entre classes de 5% a 10%)

- É inconstitucional estabelecer limites **diferentes** ao judiciário federal e estadual (STF)

JULGAMENTOS

- Serão todos **públicos** e suas decisões **fundamentadas**
A lei pode limitar a presença a { partes para preservação da intimidade do interessado e o sigilo não prejudique o interesse público } advogados
- Decisões **administrativas** serão motivadas e em sessão pública
Decisões disciplinares = Por maioria absoluta dos membros

PODER JUDICIÁRIO
= ESTATUTO DA MAGISTRATURA =

REMOÇÃO E DISPONIBILIDADE

- São **sanções** aplicadas aos magistrados
- Decisão por voto de **maioria absoluta** do respectivo **tribunal** ou do **CNJ** (assegurada ampla defesa)
- Há remoção a pedido e permuta (regras da promoção)

NOVIDADE!

A reforma da previdência **retirou** da CF/88 a previsão da **aposentadoria compulsória** como **punição**

ININTERRUPTABILIDADE DE JURISDIÇÃO

- Atividade jurisdicional é ininterrupta
= vedadas férias coletivas nos { juízos tribunais de segundo grau }
- Em dias em que **não** houver expediente forense, haverá juízes em **plantão** permanente

CF/88 DETERMINA QUE:

- Número de juízes → proporcional a Demanda judicial e população
- Distribuição de processos é imediata
- Servidores poderão praticar atos de { Administração (sem caráter decisório) } Mero expediente

QUINTO CONSTITUCIONAL

- TRF's e TJs → 1/5 das vagas serão de membros
 - Da advocacia → Notório saber jurídico e reputação ilibada + 10 anos de atividade profissional
 - Do MP → Mais de 10 anos de carreira
- Os órgãos de representação do MP/advocacia farão **lista sêxtupla** e tribunal faz um **lista tríplice**

Enviada ao executivo → Escolhe um em 20 dias

OBSERVAÇÕES:

- Também se aplica a { TST
TRT
- Não se aplica a
 - STF
 - STM
 - TSE
 - TRE
 Só há representantes da advocacia (MP não)
- Divergência sobre o STJ: nele, 1/3 dos membros são da advocacia ou MP

PODER JUDICIÁRIO = ESTATUTO DA MAGISTRATURA =

ÓRGÃO ESPECIAL

- Exerce atribuições { administrativas
jurisdicionais
- Delegadas pelo pleno
- Em tribunais com mais de 25 julgadores
- Entre 11 e 25 membros
- Metade das vagas: antiguidade
- Metade das vagas: eleição pelo pleno

OUTROS PRINCÍPIOS IMPORTANTES

- Aposentadoria e pensão pelos RPPS
- O juiz titular deve residir na respectiva comarca (salvo autorização do tribunal)

ASPECTOS GERAIS

- Criado pela EC nº 45/2004
(declarada constitucional pelo STF)
- Finalidade** → controle:
 - Da atuação { Administrativa Financeira do Judiciário
 - Do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes

PEGADINHA!

É o órgão de controle interno do judiciário (órgão administrativo)

Não exerce função jurisdicional

ATUAÇÃO

- O P. Judiciário é { Nacional Uno → o CNJ } não há poder judiciário municipal
 controla sua atuação em nível { Nacional e estadual
- sem qualquer violação ao pacto federativo
 É **inconstitucional** a criação de órgão de controle administrativo do judiciário por Constituição **estadual**

PODER JUDICIÁRIO

CONSELHO NACIONAL = DA JUSTIÇA (CNJ) =

COMPOSIÇÃO

(15 membros)

(mandato de 2 anos + uma recondução)

1. Presidente do STF
2. 1 ministro do STJ (Indicado pelo respectivo tribunal)
3. 1 ministro do TST (Indicado pelo respectivo tribunal)
4. 1 desembargador de TJ
5. 1 juiz estadual } Indicado pelo STF
6. 1 juiz de TRF
7. 1 juiz federal } Indicado pelo STJ
8. 1 juiz de TRT
9. 1 juiz do trabalho } Indicado pelo TST
10. 1 membro de MPU (indicado pelo PGR)
11. 1 membro do MPE (indicado pelo PGR)
 ↪ Dentre nomes indicados pela instituição estadual
12. 2 advogados (Indicados pelo conselho federal da OAB)
13. 2 cidadãos (1 indicado pelo Senado e 1 pela Câmara dos Deputados)
 ↪ De notável saber jurídico e reputação ilibada

- Presidente do CNJ = presidente do STF
Ausências e impedimentos = vice-presidente do STF

2 a 13 são nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado

PGR e presidente do conselho federal da OAB oficiam junto ao CNJ (não são membros)

PODER JUDICIÁRIO

CONSELHO NACIONAL = DA JUSTIÇA (CNJ) =



MINISTRO-CORREGEDOR

- Exercida pelo ministro do STJ
- Fica excluído da distribuição de processos

COMPETÊNCIAS

- Receber reclamações/denúncias relativas a { Magistrados
Serviços judiciários
- Funções executivas do conselho (inspeção e correição geral)
- Requisitar/designar magistrados e servidores

JULGAMENTOS DOS MEMBROS

- Crimes de responsabilidade:** pelo Senado Federal
- Crimes comuns:**
 - Não há previsão de foro especial! Cada membro será julgado conforme sua origem (STF, STJ...) pelo tribunal correspondente



COMPETÊNCIAS (rol não exaustivo)

- Zelar pela autonomia do judiciário e pelo cumprimento do estatuto da magistratura
 - Tem poder **regulamentar** (edita normas primárias)
- Apreciar (de ofício ou por provocação) a **legalidade dos atos** administrativos dos membros do judiciário
 - CNJ pode { descontruí-los
revê-los
fixar prazo para adequação
 - (não pode fazer controle de constitucionalidade dos atos!)
 - IMPORTANTE!** O CNJ não pode examinar os atos de natureza jurisdicional!
- Receber reclamações contra membros do poder judiciário
 - Pode { Avocar processos disciplinares em curso
Determinar { Remoção
Disponibilidade
Aplicar outras sanções administrativas
- Representar ao MP: { Crime contra a adm. pública
Abuso de autoridade
- Rever (de ofício ou por provocação) processos disciplinares de juízes/membros de tribunal julgados há **menos de 1 ano (poder revisional)**
- Elaborar relatórios
 - Semestrais: processos e sentenças por unidade da federação.
 - Anuais: providências sobre situação do judiciário